

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DEISIELLE DA SILVA MIOTTO

**ANÁLISE DA CONFORMIDADE DOS BALANÇOS SOCIAIS DAS
EMPRESAS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO
BRASIL INTEGRANTES DO ISE 2018 À LUZ DA NBC T 15**

CRICIÚMA

2018

DEISIELLE DA SILVA MIOTTO

**ANÁLISE DA CONFORMIDADE DOS BALANÇOS SOCIAIS DAS
EMPRESAS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO
BRASIL INTEGRANTES DO ISE 2018 À LUZ DA NBC T 15**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.^a Ma. Milla Lúcia Ferreira Guimarães.

CRICIÚMA

2018

DEISIELLE DA SILVA MIOTTO

**ANÁLISE DA CONFORMIDADE DOS BALANÇOS SOCIAIS DAS
EMPRESAS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO
BRASIL INTEGRANTES DO ISE 2018 À LUZ DA NBC T 15**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social.

Criciúma, 06 de Dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Milla Lúcia Ferreira Guimarães - Mestra - UNESC - Orientadora

Prof.^o Sérgio Mendonça da Silva – Mestre – UNESC – Examinador

Prof.^o Sérgio Bruchchen – Mestre – UNESC - Examinador

Dedico este trabalho a Deus, pois sem ele não estaria aqui. Dedico também à minha mãe e meu pai, por todo o suporte e amor dados a mim e ao meu esposo por estar sempre ao meu lado em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me proporcionado concluir meu curso de graduação.

À minha família por toda a dedicação e paciência contribuindo diretamente para que eu trilhasse um caminho tranquilo e prazeroso durante esses anos.

Agradeço aos professores que sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado, em especial à minha professora e orientadora professora Milla Guimarães.

Agradeço também à Universidade do Extremo Sul Catarinense e ao Curso de Ciências Contábeis por ter me dado a chance e todas as ferramentas que permitiram chegar hoje ao final desse ciclo de maneira satisfatória.

“Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo.”

Martin Luther King



ANÁLISE DA CONFORMIDADE DOS BALANÇOS SOCIAIS DAS EMPRESAS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL INTEGRANTES DO ISE 2018 À LUZ DA NBC T 15

Deisielle da Silva Miotto¹

Milla Lúcia Ferreira Guimarães²

RESUMO: A Contabilidade Ambiental propicia informações acerca da responsabilidade social das organizações a fim de subsidiar seu processo decisório. O Balanço Social divulga ações de gestão econômica, social e ambiental da organização e a DVA, elaborada em conformidade com a NBC T 15, retrata o valor da riqueza gerada pela empresa e a sua distribuição. Esse estudo tem por objetivo analisar o Balanço Social das empresas do segmento de energia elétrica integrantes do ISE 2018, a luz da NBC T 15. A metodologia de pesquisa utilizada envolveu a pesquisa qualitativa, descritiva e documental. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um *checklist* elaborado com base na NBC T 15. Os achados da pesquisa demonstram que as três empresas do segmento de energia elétrica integrantes do ISE 2018, CELESC, COPEL e Engie Brasil, divulgam parcialmente as informações em conformidade com a NBC T 15 (66,7%). Ademais, verificou-se que as informações sociais são mais divulgadas pelas empresas (91,67%), em seguida as econômicas (83,33%) e ambientais (41,67%). A CELESC apresenta maior percentual de informações sobre suas ações de responsabilidade social corporativa (73,33%), a COPEL (66,67%) e a Engie Brasil (60%).

PALAVRAS - CHAVE: Sustentabilidade. Contabilidade Ambiental. Responsabilidade Social Corporativa.

AREA TEMÁTICA: Tema 02: Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social.

1 INTRODUÇÃO

As áreas do conhecimento, na contemporaneidade, estão engajadas no combate às diversas formas de poluição em seus respectivos campos de atuação, reflexo da mudança comportamental que gradativamente vem ocorrendo na sociedade. Nas Ciências Contábeis, o cenário é ainda mais evidente, pois os eventos de natureza ambiental são relevantes e causam impactos na situação econômico-financeira das organizações (RIBEIRO, 2005). As questões ambientais e sociais que estão presentes na sociedade atual vêm fazendo a diferença para contadores e gestores em suas atividades pessoais e profissionais reconhecendo e incorporando a Contabilidade Ambiental nas suas ações e tarefas (TINOCO; KRAEMER, 2011).

A Contabilidade Ambiental, cujo objetivo principal consiste em identificar os dados e registrar as ações ambientais gerando informações para tomada de

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Mestra em Educação, professora do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

decisões, é uma segmentação da Contabilidade tradicional, muito embora pouco utilizada ainda pelas organizações (PAIVA, 2003; RIBEIRO, 2005; TINOCO; KRAEMER, 2011).

Por conta da mudança gradativa de posicionamento da sociedade e das empresas em relação à importância das questões socioambientais, as evidências contábeis dessa natureza estão cada vez mais sendo consideradas nas empresas, não apenas como forma de preservação da imagem organizacional, mas, principalmente, por atender as demandas de seus *stakeholders* por acesso às demonstrações contábeis que contemplem as ações sociais e ambientais das organizações (CARVALHO, 2008).

As demonstrações contábeis que apresentam informações de cunho econômico, social e ambiental são: Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). O Balanço Social divulga ações de gestão econômica, social e ambiental da organização e a DVA retrata o valor da riqueza gerada pela empresa e a sua distribuição, tornando-se a forma mais viável e transparente de informar à sociedade e demais usuários sobre essas questões (RIBEIRO, 2005).

No ano de 2004, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução n. 1.003, aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) nº 15, em vigor desde 2006, a qual estabelece procedimentos para evidência de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. A DVA deve ser elaborada em conformidade com a NBC T 15. Dessa maneira, faz-se necessária a divulgação das informações ambientais nos relatórios anuais das organizações, de forma clara e transparente, em conformidade com a norma prescrita pelo CFC.

Nesse contexto, como forma de manutenção e ampliação no mercado, aumento do faturamento e da lucratividade e captação de novos investidores, as grandes empresas negociam suas ações na bolsa de valores. Como forma de analisar e comparar o desempenho dessas empresas sob o aspecto da sustentabilidade corporativa e verificar a compatibilidade com as demandas sociais, foi criado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pela Brasil, Bolsa, Balcão [B]³.

Nesse cenário, esse artigo se insere na medida em que busca responder a seguinte questão de pesquisa: O Balanço Social das empresas do segmento de energia elétrica, integrantes do ISE 2018, estão em conformidade com a NBC T 15?

A pesquisa objetiva analisar o Balanço Social das empresas do segmento de energia elétrica integrantes do ISE 2018, à luz da NBC T 15. Para tanto tem-se os seguintes objetivos específicos: (i) identificar os principais modelos de Balanço Social existentes no Brasil, apresentando suas divergências e convergências; (ii) verificar, por meio de *checklist*, a divulgação de informações econômicas, sociais e ambientais nas empresas do segmento de energia elétrica integrantes do ISE 2018; e, (iii) apurar o percentual de indicadores divulgados no Balanço Social e as respectivas dimensões de sustentabilidade e comparar as informações entre as empresas pesquisadas.

A realização desse artigo se justifica pela necessidade que as organizações têm em evidenciar as suas demonstrações ambientais e mensurá-las. E com a utilização do Balanço Social, tomar como base a NBC T 15 para nortear a divulgação das informações ambientais, obrigatórias para as empresas de capital aberto e, conseqüentemente, obterem maiores investimentos. O artigo torna-se relevante na medida em que apresenta a forma como algumas empresas estão



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

evidenciando e demonstrando elementos ambientais nas suas demonstrações contábeis.

A finalidade principal de um Relatório de Sustentabilidade deve ser responder, de forma coerente, as preocupações e os interesses dos *stakeholders*. No entanto, como para a grande maioria das empresas trata-se de publicações voluntárias, nem todos os indicadores são evidenciados com o mesmo nível de transparência e qualidade. Apesar do significativo crescimento de relatórios publicados no mundo, a qualidade do *disclosure*, deixa a desejar, existindo poucas evidências de progresso na integração dos impactos ambientais em decisões da gestão (TANURRI; VAN BELLEN, 2014). Neste prisma consiste na relevância social deste estudo.

Esse artigo está estruturado em cinco seções. Após esta introdução, a segunda seção contempla a revisão da literatura com estudos teóricos e empíricos que norteiam a Contabilidade Ambiental com ênfase nas demonstrações e relatórios ambientais nas empresas. Na terceira seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos. A quarta seção é dedicada para a análise dos resultados e, por fim, na quinta seção traçam-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como referencial teórico do estudo proposto, faz-se necessário evidenciar os aspectos relevantes a essa pesquisa, sendo eles desenvolvimento sustentável, Contabilidade Ambiental, Balanço Social, Iniciativas de regulamentação para a preservação ambiental no Brasil, evidenciação contábil das informações ambientais, Brasil, Bolsa Balcão – [B]³ e Estudos Correlatos.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As questões ambientais vêm-se tornando prioridade para a sociedade. A expressão sustentabilidade está em constante ascensão, tornando-se cada vez mais importante no meio econômico. Atualmente o conceito de sustentabilidade não está somente voltado para garantir o futuro das próximas gerações com recursos naturais que asseguram a sua sobrevivência, mas também para emergir responsabilidades sociais corporativas especialmente no que tange à preservação ambiental e a distribuição de riquezas de forma íntegra, garantindo a sua economia eficiente (BAUER; NAIME, 2012).

De acordo com a [B]³ (2018), o conceito desenvolvimento sustentável foi publicado no relatório “Nosso Futuro Comum” em 1897 pela primeira vez. Sugere a criação de mecanismos para suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Este relatório cita que não basta reduzir o consumo da humanidade, mas promover a harmonia nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, que são considerados o tripé da sustentabilidade que, de forma geral, engloba toda a sociedade e as organizações.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, faz-se necessário planejamento e reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. As empresas devem assumir posturas sustentáveis na preservação do meio ambiente, nos processos produtivos, na busca de certificações ambientais, na criação e manutenção de empregos, na contribuição para a formação profissional, na



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

qualidade dos bens e serviços oferecidos, entre outras. Além disso, o governo faz as fiscalizações nas empresas de diversos ramos de atividades, almejando a diminuição da poluição. Por conseguinte, as empresas que agridem o meio ambiente podem sofrer consequências sociais e até financeiras, como multas e indenizações (PADILHA; ASTA, 2014).

A Responsabilidade Social Empresarial está em processo evolutivo no Brasil, tanto nas práticas sociais como objeto de investigação científica (MORETTI; CAMPANARIO, 2009). No que se refere à responsabilidade social nas organizações, observa-se que a sociedade se faz presente em relação à conduta das empresas. Isso porque as exigências por parte dos consumidores em relação às informações dos produtos fornecidos e dos serviços prestados pelas organizações, bem como o interesse ao meio ambiente, são cada vez mais importantes para os *stakeholders* (SILVA et al., 2015).

Devido a grande importância que a sociedade está impondo sobre o consumo responsável, muitas empresas estão criando estratégias de negócios, deixando de ser um custo o cumprimento às leis ambientais e tornando-as como investimento, procurando adaptar suas ferramentas para cumprir as exigências legais das leis ambientais e comerciais para assegurar a sua vantagem competitiva no mercado atual (BAUER; NAIME, 2012).

2.2 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade é uma das ciências mais antigas da humanidade. Sua origem está calcada na mensuração da riqueza patrimonial humana. Ela vem acompanhando a evolução da economia e aperfeiçoando suas técnicas de identificação, mensuração e evidenciação das informações econômicas e financeiras que acarretam variações no patrimônio. Na atualidade, a Contabilidade enquanto instrumento de gestão, tem por finalidade fornecer informações para o processo decisório das organizações (SANTOS et al., 2001).

Nesse contexto pode-se definir Contabilidade Ambiental como um sistema de informação do patrimônio ambiental das instituições (bens, direitos e obrigações ambientais), com objetivo de fornecer aos usuários externos e internos informações sobre as ações ambientais que causam mutações na situação patrimonial e sobre a degradação do capital natural, em função das atividades das empresas, além de identificá-los, mensurá-los e evidenciá-los. Dessa forma, a Contabilidade Ambiental, por meio das suas informações, representa uma grande relevância na prestação de contas e na divulgação e evidenciação da responsabilidade social e ambiental (ASSIS; BRAZ; SANTOS, 2010; BAUER; NAIME, 2012).

Para a Contabilidade Ambiental, os ativos ambientais são compostos por todos os bens e direitos detentores da entidade que tenham a capacidade de gerar benefício econômico em períodos futuros objetivando a preservação do meio ambiente. Portanto, os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos oriundos ou destinados à atividade de gerenciamento ambiental. Ou seja, são os estoques, máquinas, equipamentos, instalações e outros bens voltados para as questões ambientais (GARCIA; BERH, 2012; PADILHA; ASTA, 2014).

Cabe salientar que a composição dos ativos ambientais se difere conforme a atividade da organização. Trata-se de bens adquiridos pela empresa com a finalidade de controle e preservação ambiental. Assim como os demais ativos, o ativo ambiental tem como natureza a capacidade de geração futura de benefícios



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

para a entidade. Desta forma entende-se o quanto se torna importante os ativos ambientais possam ser demonstrados de forma separada, para evidenciar as ações praticadas pela organização, o que torna possível uma avaliação por seus *stakeholders* (MOREIRA, 2009; TINOCO; KRAEMER, 2011; GARCIA; BERH, 2012).

O passivo ambiental está vinculado com as agressões da empresa para com o meio ambiente, bem como o montante a ser desembolsado para corrigir ou evitar os danos provocados. Os passivos ambientais geralmente são contingências formadas no decorrer de um longo período, sendo, por muitas vezes, ausentes pela própria administração da empresa. Em geral, são oriundos do uso de recursos naturais, como minas, lagos, rios, mares e outros espaços que compõem o meio ambiente, inclusive a geração de resíduos ou lixos industriais de difícil eliminação (TINOCO; KRAEMER, 2011; GARCIA; BERH, 2012).

Quanto às receitas, despesas e custos ambientais, da mesma maneira que são evidenciados na Contabilidade tradicional em termos de características e exigibilidades, na Contabilidade Ambiental estão relacionados a fatores ambientais. Evidenciados nas demonstrações contábeis, podem representar os investimentos que a organização realiza em ações para com a preservação do meio ambiente ou reaproveitamento de resíduos, como também a degradação de um acontecimento que não estava previsto (GARCIA; BERH, 2012).

As receitas ambientais representam um retorno de valores, uma recuperação de investimentos ou uma renda auferida de um bem patrimonial, demonstrando os ganhos nos demonstrativos de resultados. Deve ser considerado também o ganho de mercado que a entidade passa a obter quando os usuários externos reconhecem a sua política sustentável e priorizam o seu produto (SANTOS et al., 2001; TINOCO; KRAEMER, 2011; PADILHA; ASTA, 2014).

Logo, despesas ambientais são gastos advindos do planejamento e despesas com pessoal envolvido nas atividades referentes à proteção do meio ambiente, devendo ser evidenciadas nas demonstrações contábeis. Custos ambientais são os gastos da empresa ligados diretamente ao processo produtivo que envolve ações ambientais. Portanto, os custos ambientais devem ser mensurados e evidenciados, para a obtenção de resultados concretos (GARCIA; BERH, 2012; PADILHA; ASTA, 2014).

Tinoco e Robles (2006) destacam que a Contabilidade, além de atender aos seus usuários diretos, deve esclarecer, por meio de seus relatórios, as informações inerentes à responsabilidade social e ambiental aos demais interessados pela atuação ambiental das organizações. Santos e Nunes (2014) afirmam que a Contabilidade Ambiental surge como suporte para aumentar o lucro com a preservação dos recursos ambientais, sendo um ramo da ciência que estuda o patrimônio relacionado aos serviços e bens que afetam o meio ambiente. A busca desse lucro, maximizado pelas empresas, não pode exceder a capacidade da própria natureza de se regenerar dos impactos causados pela exploração de seus recursos.

A Contabilidade Ambiental torna-se o meio de ligação da entidade com a sociedade, fornecendo informações a respeito das atitudes empresariais relativas às questões ambientais. Ademais, apresenta por meio de suas demonstrações o quanto está sendo prejudicado e o que a empresa está fazendo em contra partida para preservação do meio ambiente. Serve de instrumento de monitoramento para a sociedade, em relação às ações empresariais em proveito dela mesma (GARCIA; BERH, 2012; FREITAS; OLEIRO, 2015).



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A divulgação das ações ambientais, adotadas pelas entidades, ocorre por meio das demonstrações financeiras já publicadas, tornando os dados ambientais apenas um complemento das informações contábeis e de relatórios contábeis. (CARVALHO; MORAES, 2015).

Na atualidade dos negócios, é importante que as empresas estejam voltadas às práticas de sustentabilidade, procurando se enquadrar, não só na legislação pertinente, mas também buscar manter a boa imagem da entidade perante à sociedade onde está inserida. Logo a Contabilidade é a ciência que colocará no papel o empenho da empresa para a preservação ambiental (ASSIS; BRAZ; SANTOS, 2010; BAUER; NAIME, 2012; OLEIRO; SCHMIDT, 2016).

2.3 BALANÇO SOCIAL

No cenário atual, o Balanço Social surge como uma demonstração na qual as empresas divulgam as informações de responsabilidade social da corporação. A forma de elaboração do Balanço Social permite publicar resultados em forma de textos, tabelas, quadros, fotos e gráficos ampliando o modo de compreensão dos *stakeholders* acerca da organização. A cada ano o número de entidades que publicam as suas atuações de responsabilidade socioambiental cresce por conta do relacionamento da empresa com os vários segmentos sociais como investidores, fornecedores, financiadores, empregados e o próprio meio ambiente, entre outros (PEROTTONI, 2002; PINTO; RIBEIRO, 2005).

Essa demonstração é um instrumento gerencial e informacional que visa evidenciar de forma clara e transparente as ações sociais, ambientais e econômicas em relação ao desempenho da entidade aos seus diversos usuários. Desta forma, o Balanço Social se torna uma ferramenta imprescindível para a organização, pois demonstra como esta sendo utilizados os recursos renováveis ou não (TINOCO, 2001; ANDRADE et al., 2012).

A evidenciação de informações de caráter socioambiental por meio do Balanço Social não possui obrigatoriedade legal estendida para todos os segmentos econômicos no Brasil, não possui nenhuma Lei Federal que exija a publicação dessa informação, com exceção das empresas de energia visto a exigência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pela publicação do Balanço Social, no modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), desde o ano de 2003, para as empresas do setor (ANDRADE et al., 2012).

As formas de elaborar o Balanço Social são várias. No Brasil as mais utilizadas são o modelo IBASE, as Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e o modelo do Instituto Ethos.

O IBASE foi fundado em 1981, sem finalidade lucrativa, com o objetivo de tornar pública a responsabilidade social das entidades buscando um vínculo maior entre a sociedade e o meio ambiente com o intuito de chamar a atenção dos empresários e de toda a sociedade para a necessidade da realização anual do Balanço Social em um modelo simples e único (GODOY, 2007; TORRES; MANSUR, 2008).

No Quadro 1 apresenta-se os indicadores utilizados na elaboração do Balanço Social utilizando o modelo IBASE.



Quadro 1 – Indicadores Modelo IBASE

Modelo	Indicadores	Descrição
IBASE	Base de Cálculo	Abrange as informações financeiras como receita líquida resultado operacional e a folha de pagamento bruta;
	Indicadores Sociais Internos	São os investimentos internos obrigatórios ou não, que a entidade realiza para atender ao corpo funcional;
	Indicadores Sociais Externos	Evidencia os investimentos voluntários da empresa visando a sociedade em geral;
	Indicadores Ambientais	Apresenta os investimentos que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental;
	Indicadores do Corpo Funcional	Evidencia as informações que identificam de que forma se dá o relacionamento das empresas com seus colaboradores;
	Cidadania Empresarial	Refere-se ao conjunto de ações relacionadas aos públicos que interagem com a empresa, principalmente com o público interno;
	Outras Informações	Tópico utilizado pelas empresas para divulgar outras informações que sejam relevantes.

Fonte: IBASE, (2018).

O modelo IBASE, conforme disposto no Quadro 1, divulga as informações de maneira detalhada no que diz respeito aos números associados à responsabilidade social da organização, sobre a folha de pagamento, os gastos com encargos sociais de funcionários, e a participação nos lucros. Também busca o detalhamento das despesas como controle ambiental e os investimentos sociais externos nas diversas áreas, como educação, cultura, saúde (GODOY, 2007).

A GRI é uma organização internacional independente que foi pioneira desde 1997 em relatórios de sustentabilidade. Os padrões da GRI ajudam empresas, governos e outras organizações a entender e informar o impacto dos negócios em questões críticas de sustentabilidade.

Dessa forma, a estrutura de relatórios da GRI é a mais completa, abrangente e amplamente utilizada no mundo.

A sua missão está estruturada em aumentar e propagar globalmente suas diretrizes para a elaboração do relatório de sustentabilidade. Essas diretrizes não são obrigatórias para as organizações que desejam publicar o seu relatório (GRI, 2018).

O Quadro 2 apresenta as dimensões e os aspectos que o modelo GRI determina na elaboração do seu Balanço Social.

Quadro 2 – Indicadores conforme as Diretrizes da GRI

Modelo	Dimensões	Descrição	Aspectos
GRI (G4)	Econômicos	Visam demonstrar o fluxo de caixa entre os <i>stakeholders</i> e os impactos econômicos da entidade da sociedade.	Desempenho econômico;
			Presença no mercado;
			Impactos indiretos;
	Ambientais	Engloba o desempenho em relação a insumos e a produção e outras informações, como gastos com meio ambiente.	Materiais;
			Energia;
			Água;
			Biodiversidade;
			Emissão, efluentes e resíduos;
			Produtos e serviços;
			Conformidade;
	Sociais	Aborda os impactos que as entidades geram nas comunidades em que operam.	Transporte e geral.
Práticas trabalhistas;			
Direitos humanos;			
			Sociedade.

Fonte: GRI, (2018).

Conforme apresentado no Quadro 2, as Diretrizes GRI apresentam 3 dimensões:

1) A Dimensão Econômica (EC), conforme apresentado subdivide-se em 3 aspectos: desempenho econômico, pesquisa de mercado e impactos econômicos indiretos. 2) A Dimensão Ambiental (EN) subdivide-se em 8 aspectos que dizem respeito aos impactos da organização envolvendo: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transportes e geral. 3) A Dimensão Social (LA), subdivide-se em 3 aspectos: Práticas Trabalhistas; Direitos humanos e Sociedade.

O modelo Instituto Ethos criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada é um relatório detalhado sobre as ações e princípios que a entidade possui. Além de ter maior integração com as diretrizes de relatórios de sustentabilidade da GRI, o modelo Ethos é uma ferramenta de gestão que busca apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e responsabilidade social em suas estratégias de negócio. Esta ferramenta é composta com um questionário que permite um diagnóstico da empresa (ETHOS, 2018).

O Instituto Ethos determina as quatro dimensões para a elaboração do Balanço Social que será demonstrado no Quadro 3.



Quadro 3 – Dimensões do modelo Ethos

Modelo	Dimensões	Descrição
INSTITUTO ETHOS	Visão e Estratégias	Questiona a organização quanto a incorporação da responsabilidade social e a sustentabilidade em suas estratégias;
	Governança e Gestão	Envolve a conduta da entidade, compromissos voluntários, a prestação de contas para seus <i>stakeholders</i> e as práticas de operação e gestão;
	Social	Evidencia as situações de risco para os direitos humanos, as práticas de trabalho para o desenvolvimento humano, benefícios e treinamentos e as questões relativas ao consumidor e seu envolvimento com a comunidade;
	Ambiental	Aborda as questões de mudanças climáticas, sistema de gestão ambiental e impactos do consumo.

Fonte: INSTITUTO ETHOS, (2018).

Observa-se por meio do Quadro 3, que o relatório do Instituto Ethos evidencia 4 dimensões, as quais são: Visão e Estratégias, Governança e Gestão, Social e Ambiental.

Os três modelos citados possuem características diferentes, porém todos buscam publicar as informações de responsabilidade social das entidades. Desta forma as divergências e convergências se baseiam nos indicadores de cada modelo do Balanço Social.

No que tange aos indicadores sociais, observa-se que os três modelos são convergentes, pois buscam o mesmo objetivo no desenvolvimento do Balanço Social. Os indicadores ambientais também são explanados pelos modelos e objetivam apresentar os impactos ambientais, seus gastos e os investimentos que as entidades estão fazendo para compensá-los. Outro aspecto comum entre os modelos é a conduta em relação ao direito humano. O modelo do Instituto ETHOS evidencia as práticas do desenvolvimento humano, os benefícios e treinamentos propostos pela empresa; as diretrizes da GRI abordam as práticas trabalhistas e os direitos do trabalhador; e o modelo IBASE possui um indicador específico para o corpo funcional que busca evidenciar o relacionamento das empresas com seus colaboradores (ETHOS, 2018).

O modelo IBASE possui o indicador de base de cálculo semelhante ao indicador de desempenho econômico do GRI e com a dimensão governança e gestão do Instituto ETHOS, sendo que as informações disponibilizadas pelo IBASE possuem um conteúdo mais objetivo, relacionando somente a receita, resultado operacional e a folha de pagamento. Sendo que as informações relevantes do modelo IBASE complementam o indicador de base de cálculo, equiparando-se aos demais modelos (GODOY, 2007).

As principais divergências, de acordo com o modelo IBASE, estão no indicador social interno e externo. As informações que serão absorvidas por este indicador estão alocadas em outras categorias no modelo GRI e no Instituto ETHOS. Sendo que essas informações serão mais detalhadas nos indicadores no GRI e ETHOS (GODOY, 2007).



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Outro indicador que o GRI e o Instituto Ethos contemplam de forma mais detalhada diz respeito às ações e informações à sociedade, pois o modelo IBASE apenas demonstra as informações em relação aos investimentos que a entidade possui com a sociedade (GRI, 2018).

Uma análise ampla e conjunta dos três modelos permite constatar que o modelo IBASE é um modelo mais simplificado e reduzido, que objetiva a divulgação dos resultados aos seus interessados, principalmente aos colaboradores da entidade. O modelo GRI busca um detalhamento maior e mais subjetivo, enquanto o modelo do Instituto ETHOS, baseou-se nas diretrizes do GRI, só que adaptado ao cenário brasileiro. De modo geral, há mais convergências do que divergências entre os três modelos, tendo observado a ausência de alguns indicadores no modelo IBASE, e a grande semelhança entre o modelo ETHOS e o GRI, dá-se, pelo modelo do Instituto Ethos que foi desenvolvido a partir do modelo GRI, visando um maior detalhamento. Porém, o modelo IBASE é mais sintético e de fácil entendimento (GODOY, 2007; ETHOS, 2018; GRI, 2018).

2.4 INICIATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

O simples engajamento com as questões ambientais pode não ser suficiente para assegurar o compromisso sustentável das organizações e contribuir para a recuperação, manutenção e preservação do meio ambiente. Há organismos ambientais fora do Brasil que regulam e fiscalizam as atividades empresariais.

No Brasil, a legislação ambiental ainda é bastante recente e está estruturando-se, mas grandes contribuições já foram alcançadas (MARION; COSTA, 2007). Atualmente no Brasil vigora a Lei nº 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). A PNMA tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Tem por princípios fundamentais:

- I – ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II – racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III – planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV – proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V – controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI – incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII – acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII – recuperação de áreas degradadas;
- IX – proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X – educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

No Brasil, as entidades governamentais de proteção ambiental são: o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Essas entidades são vinculadas ao MMA com objetivo de



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

elaborar normas específicas e legislações voltadas à preservação dos recursos naturais para minimizar e/ou eliminar danos ambientais decorrentes das atividades organizacionais.

Como modelo de certificação mundialmente utilizado tem-se a *International Organization for Standardization* (ISO) de qualidade, uma forma de regulamentar as questões ambientais nos quais antes se referia a uma postura de controle e revisão das atividades ligadas ao meio ambiente e foi substituída pela premiação das empresas com maior empenho em ações ambientais. Esta certificação representa para a sociedade e investidores uma garantia que a organização esta em conformidade com os requisitos específicos que nela estão inseridos (MARION; COSTA, 2007). Para uma organização se manter competitiva no mercado, uma das estratégias abordadas é a certificação pelas normas ISO, cujo objetivo é de padronizar as ações em relação ao meio ambiente e foi criado um sistema de normas que é tratado pelo código ISO 14000, abordando principalmente a gestão ambiental (VALLE, 2002).

A ISO 14000 é uma norma mundial que define padrões de gestão ambiental, relacionada aos processos produtivos, considerando o seu impacto sobre o meio ambiente. Esta norma é de caráter não obrigatório. Uma vez definida a adesão às suas diretrizes, o descumprimento dos requisitos da ISO 14000 pode acarretar descrédito da organização, desgaste na imagem, perdas institucionais além de prejuízo econômico (CARLOS; BEZERRA; COIMBRA, 2004).

Para impulsionar a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) entre os pequenos empreendedores, o Sebrae e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) desenvolveram a norma ISO 14005. Ela foi criada considerando a realidade das micro e pequenas empresas. Essa norma tem por finalidade incentivar e guiar as organizações, no desenvolvimento e execução em fases de um sistema de gestão ambiental que cumpra os requisitos da ISO 14001 (DE MORAES, 2017).

No que tange às Ciências Contábeis, segundo Moreira (2009), as questões de natureza ambiental e social, devem ser demonstradas à sociedade primando pelo cumprimento da NBC T 15 que dispõe da inserção das informações de natureza social e ambiental ao sistema de registro e de demonstrações contábeis, aprovada pela Resolução nº 1.003/04 do CFC.

2.5 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Outro aspecto que precisa ser abordado é quanto à evidenciação das informações ambientais das organizações, que tem o objetivo de demonstrar aos usuários os resultados obtidos no decorrer do exercício, proporcionando a análise de perspectivas futuras pelos usuários externos. Dessa forma, as informações contábeis ambientais têm o papel de divulgar as ações ambientais que a companhia exerceu. A Contabilidade Ambiental no Brasil encontra-se em evolução, tendo em vista que várias empresas estão implantando as políticas de gestão ambiental (CARNEIRO; DE LUCA; OLIVEIRA, 2008; GARCIA; BERH, 2012).

Devido às necessidades do mercado, as organizações pretendem evidenciar a responsabilidade social e ambiental oriunda de suas atividades empresariais. Mesmo que as informações ambientais não estejam evidenciadas nas demonstrações contábeis, é papel da contabilidade evidenciá-las em outros meios para a tomada de decisão mais eficiente, tais como o Relatório de Administração, o



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

qual utiliza uma linguagem menos técnica, objetivando atingir um número maior de usuários (MARION; COSTA, 2007).

A evidenciação ambiental acontece principalmente pela divulgação de informações em relatórios de sustentabilidade, indicadores socialmente responsáveis, normas de evidenciação ambiental, balanços sociais, entre outros (ROSA et al., 2011). O nível de sustentabilidade pode ser avaliado pelo Índice de Sustentabilidade (ISE), Índice *Dow Jones*, Diretrizes da *Global Report Initiative* (GRI), Prêmio Nacional de Qualidade, os quais são padrões de comunicação ambiental elaborados por órgãos ou instituições de pesquisa.

2.6 NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA Nº 15

O Balanço Social e a DVA são formas como a empresa pode disponibilizar informações aos seus usuários, sobre a gestão ambiental praticada, buscando dar transparência às atividades organizacionais (PLETSCH et al., 2015).

As informações que devem ser evidenciadas conforme a NBCT 15 são: a) investimentos e gastos com manutenção para a melhoria do meio ambiente; b) investimentos e gastos com a preservação ou recuperação dos ambientes degradados; c) investimentos com a educação ambiental para os membros da entidade e comunidade em torno da organização; d) os investimentos com projetos ambientais; e) número de processos ambientais movidos contra a entidade; f) valores de multas e indenizações devidas em relação a agravos ambientais; e, g) passivos contingentes ambientais.

Dessa forma, percebe-se que no Brasil, vem tornando-se uma prática cada vez mais comum das entidades evidenciarem suas informações com maior nível de transparência, ética e agilidade. A divulgação dessas informações se tornou uma ferramenta para tomada de decisão, porém, para serem consideradas úteis, devem ser apresentadas em tempo hábil e de modo que todos os interessados possam compreender as informações nela contidas, tanto de caráter econômico e financeiro quanto social e ambiental da organização e, em conformidade com a NBC T 15 (PEREIRA et al., 2018).

2.7 BRASIL, BOLSA, BALCÃO – [B]³

A história da [B]³ iniciou simultaneamente com o surgimento do sistema financeiro brasileiro na segunda metade do século XX. No ano de 1876 foi decretado a cotação de títulos em um pregão dando início a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e, após vinte anos por meio de decreto, o funcionamento da Bolsa de Valores e corretoras financeiras foi regulamentado. Em 1960, havia no país 27 bolsas de valores, pertencentes aos governos estaduais vinculadas às respectivas secretarias de finanças da época, que atualmente corresponde com as secretarias da Fazenda. Em 1965 essas instituições se tornaram associações civis sem fins lucrativos com atuação das corretoras de valores, empresas prestadoras de serviços a investidores.

No ano de 1967, a entidade financeira paulista passou a denominar-se Bolsa de Valores de São Paulo e, posteriormente com a integração das bolsas de valores brasileiras no ano 2000, todas as negociações foram concentradas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Em 2008 ocorreu o processo de fusão com a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e no ano de 2017 a BMF&Bovespa após



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

nova fusão com a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) passou a denominar-se Brasil, Bolsa, Balcão - [B]³, tornando-se a quinta maior bolsa de valores do mundo (Brasil, Bolsa, Balcão, 2018).

A [B]³ implementou as práticas de governança corporativa em 2000, objetivando uma melhor avaliação das companhias que aderirem que forma voluntaria, a um dos segmentos e proporcionar uma negociação de interesse de seus *stakeholders* e em busca da valorização da companhia. As boas práticas de Governança Corporativa tornam-se princípios e recomendações que objetivam o alinhamento dos interesses com a finalidade de maximizar o valor econômico de longo prazo da organização, o que facilita seu acesso ao capital e contribuindo com a qualidade e transparência de gestão da companhia e propicia, às partes relacionadas, elementos para a tomada de decisões estratégicas (Brasil, Bolsa, Balcão, 2018; IGBC, 2018).

As práticas de governança corporativa são norteados por 4 princípios, os quais são: 1) prestação de contas que as organizações aderentes aos níveis de governança corporativa devem prestar sobre sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo; 2) transparência onde a companhia disponibiliza para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por leis e regulamentos; 3) equidade que caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais *stakeholders*; e, 4) responsabilidade que devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações (Brasil, Bolsa, Balcão, 2018).

Atualmente a divisão de segmentos das práticas de governança corporativa no Brasil é composta pelo Nível 1, Nível 2 e o Novo Mercado. O Nível 1 representa os padrões intermediários de governança, o Nível 2 é caracterizado como padrão alto e o Novo Mercado possui padrões superiores de governança.

As empresas listadas no segmento Nível 1 devem adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. Para isso, divulgam informações adicionais às exigidas em lei e a empresa se compromete a manter no mínimo 25% das ações em circulação no mercado (Brasil, Bolsa, Balcão, 2018).

No Nível 2 as empresas listadas têm o direito de manter suas ações preferenciais (PN). As ações preferenciais dão o direito a voto aos acionistas em algumas situações como fusão e incorporação da empresa. O Novo Mercado é considerado desde a sua criação um padrão de governança diferenciado, desde 2002 na sua primeira listagem ele se tornou o padrão de transparência e governança exigidas pelos investidores para as novas aberturas de mercado. Este nível conduz as companhias ao mais elevado padrão de governança corporativa, As companhias que aderem a esse segmento só podem emitir ações ordinárias (ON), as ações que dão direito ao voto (Brasil, Bolsa, Balcão, 2018).

A Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) em 2005, o qual também é considerado importante fonte de informações ambientais de entidades de companhias abertas. O ISE foi o quarto índice de ações no mundo criado com o intuito de mostrar o desempenho de mercado de uma carteira formada por empresas que aderem aos princípios de gestão sustentável. O Brasil entrou para esse grupo ao apresentar, em São Paulo, a sua primeira carteira teórica do ISE, que reuniu 34 ações de 28 empresas classificadas como as mais desenvolvidas na realização de práticas de sustentabilidade empresarial no país (MARCONDES; BACARJI, 2010).



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Em novembro de 2017, a [B]³ anunciou a décima terceira carteira do ISE que ficara em vigor durante 2018. O Quadro 4 apresenta as empresas que compõe a carteira de 2018.

Quadro 4 – Carteira ISE 2018

AES Tiete	CCR	CPFL	Engie	Klabin	Natura
B2W	CELESC	Duratex	Fibria	Light	Santander
Banco do Brasil	Cemig	Ecorodovias	Fleury	Lojas Americanas	Telefônica
Bradesco	Cielo	EDP	Itaú Unibanco	Lojas Renner	Tim
Braskem	COPEL	Eletropaulo	Itaúsa	MRV	Weg

Fonte: Brasil, Bolsa, Balcão, 2018.

Esta carteira, cujo parceiro técnico é o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, reúne 33 ações de 30 companhias representando 12 diferentes setores totalizando R\$ 1,28 trilhão em valor de mercado, correspondendo a 41,47% do total do valor das companhias com ações negociadas na bolsa de valores (Brasil, Bolsa, Balcão, 2018).

2.8 ESTUDOS CORRELATOS

Em consulta na base de dados da *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), utilizando-se como recurso de busca em pesquisa avançada a expressão “Balanço Social” no período de publicação compreendido entre os anos 2006 (ano de aprovação da NBC T 15) a 2018, encontrou-se 40 artigos. Desses trabalhos, 6 trabalhos vinham ao encontro da temática desse estudo, conforme apresenta o Quadro 5.

Quadro 5 – Estudos Correlatos

Autor/Ano	Revista/Periódico/Título	Objetivo Geral	Resultados Encontrados
Magalhães e Mauss (2009)	Revista Eletrônica Gestão e Sociedade Responsabilidade Social: Um estudo comparativo do Balanço Social da empresa Eletrocar	Mensurar a importância e o retorno de realizar ações de RSC para a empresa Eletrocar, apresentando e analisando o seu Balanço Social.	A empresa não utiliza todas as possibilidades ofertadas pelo Balanço Social elaborando-o somente por exigências da ANEEL.
Cunha et al., (2010)	Revista Enfoque Reflexão Contábil Balanço social no terceiro setor: análise do nível de adesão ao modelo IBASE de uma organização hospitalar	Identificar quais são as informações que uma organização hospitalar do terceiro setor, o HNSC, dispõe para elaborar o Balanço Social conforme o modelo proposto pelo IBASE.	A instituição necessita aperfeiçoar aspectos relativos à geração, organização e mensuração de itens necessários na elaboração do Balanço Social para alinhá-los ao modelo IBASE.

(Continua...)



(Continuação)

Lana et., (2011)	RGO Revista Gestão Organizacional Um estudo das ações para divulgar e consolidar o Balanço Social no Brasil	Evidenciar as ações surgidas nas últimas décadas com o intuito de divulgar e consolidar o balanço social no Brasil.	O Balanço Social pode fornecer informações para as empresas na tomada de decisões, desde que elaborado de forma clara e transparente.
Andrade et al., (2012)	Revista Ciências Administrativas Aderência do modelo ibase de balanço social: a norma brasileira de contabilidade voltada para as informações de natureza socioambiental	Verificar se as maiores empresas de capital aberto, com base no valor de mercado, que publicaram os seus balanços sociais no modelo IBASE aderiram às orientações dadas pela NBCT-15 para a divulgação das informações socioambientais.	Os Balanços Sociais nas empresas estudadas tem um nível de aderência maior relacionado às informações voltadas para os colaboradores, principalmente, quando se trata da composição do corpo funcional.
Souza e Pimmel (2013)	Revista de Gestão Social e Ambiental Análise de Desempenho Econômico e Social: Estudo do Balanço Social de empresas Brasileiras	Analisar o desempenho da gestão sustentável refletido no Balanço Social de empresas brasileiras.	As empresas estão no início de aderir ações sustentáveis.
Oro, Vicenti e Scarpin (2014)	Revista ConTexto Balanço Social no terceiro setor: Análise do modelo IBASE com relação à transparência e prestação de contas à sociedade	Verificar como a Unoesc utiliza o modelo de balanço social proposto pelo Ibase para atender os requisitos de transparência e de prestação de contas à sociedade.	As práticas de divulgação do Balanço Social da empresa estudada atenderam aos requisitos de transparência e da abrangência das informações que foram declaradas.

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa realizada por Magalhães e Mauss (2009) objetivou mensurar o retorno que a Central Elétrica de Carazinho (Eletrocar), empresa constituída como Sociedade Anônima (S.A.), obteria investindo em ações de responsabilidade social corporativa e elaborando seu Balanço Social. Como resultado observou que empresa não utiliza todas as possibilidades ofertadas pelo Balanço Social elaborando-o somente por exigência da ANEEL. Os benefícios identificados foram o *marketing* social, isenção de impostos, aumento da produtividade e diferencial competitivo.

Os estudos de Cunha et al. (2010) buscaram identificar quais as informações que uma organização hospitalar, localizado em Santa Catarina, dispõe para elaborar o Balanço Social conforme modelo proposto pelo IBASE. Os resultados apontam que a instituição necessita aperfeiçoar aspectos relativos à geração, organização e mensuração de itens necessários na elaboração do Balanço Social para alinhá-los ao modelo IBASE.

O artigo de Lana et al. (2011) objetivou a evidenciação das ações surgidas nas últimas décadas com intuito de divulgar e consolidar o Balanço Social no Brasil.



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Concluíram que o Balanço Social pode fornecer informações para as empresas na tomada de decisões, desde que elaborado de forma clara e transparente. Afirmam ainda que este demonstrativo pode ser considerado um relatório gerencial como complemento das informações contábeis para a implementação da estratégia empresarial.

Andrade et al., (2012) verificaram nas maiores empresas listadas pela Revista Exame de 2010 se estavam em consonância com as orientações da NBC T 15 sobre a divulgação das informações socioambientais. Os achados revelaram que os Balanços Sociais nas empresas estudadas têm um nível de aderência maior relacionado às informações voltadas para os colaboradores, principalmente, quando se trata da composição do corpo funcional. Em relação às externalidades, o destaque está na relação empresas-clientes.

No artigo de Souza e Pimmel (2013), a análise recaiu sobre o desempenho da gestão sustentável refletida no Balanço Social de empresas brasileiras de vários segmentos. Identificaram que as empresas estão no início de aderir ações sustentáveis, visto que as informações socioambientais são divulgadas por cumprimentos das obrigações legais.

Oro, Vicenti e Scarpin (2014) verificaram como a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) utiliza o modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE para atender os requisitos de transparência e de prestação de contas à sociedade. Perceberam que as práticas de divulgação do Balanço Social da empresa estudada atenderam aos requisitos de transparência e da abrangência das informações que foram declaradas. Porém, não foi informado pela organização se o documento foi examinado e revisado por auditores externos, desta forma prejudicando a transparência na prestação de contas à sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

Nessa seção apresenta-se o enquadramento metodológico da pesquisa e o procedimento de coleta e análises de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa, pois, de acordo com Goldenberg (1997), os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão de certos fenômenos sociais apoiados na presunção da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social. Nesse estudo busca-se observar as convergências e divergências do relatório de sustentabilidade das empresas de energia elétrica, que compõe a carteira do ISE 2018, em relação à NBC T15 que normatiza a divulgação das informações ambientais para as empresas de capital aberto.

Em relação aos objetivos, o estudo enquadra-se como descritivo no qual os fatos são observados e interpretados, sem que haja a interferência do pesquisador sobre eles. Uma das principais características deste método são as formas de coleta de dados padronizadas (GIL, 2008; PRODANOV; FREITAS, 2013). Para essa pesquisa inicialmente descreve-se as principais ações de cunho ambiental praticada pelas empresas objeto de estudo para, posteriormente, buscar a forma como foram divulgadas e compará-las à luz da norma técnica específica da contabilidade.



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Como estratégia da pesquisa, utilizou-se dados documentais, materiais que não receberam nenhuma alteração ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. A utilização da pesquisa documental é conhecida no momento em que se pode organizar as informações que encontram-se dispersas, resultando uma nova fonte de consulta. (GIL, 2008; PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais, porque a maior parte das fontes escritas, ou não, são quase sempre a base do trabalho de investigação caracterizando-se como principal caminho de realização da investigação (SÁ-SILVA, 2009). Como pesquisa documental utilizou-se o Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade nomenclatura utilizado pelo modelo GRI, de 2017 das empresas selecionadas no presente artigo relacionando-as com a NBC T 15 aprovada na Resolução do CFC n. 1.003-04.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para dar conta de atender o objetivo geral da pesquisa de analisar o Balanço Social das empresas do segmento de energia elétrica integrantes do ISE 2018, à luz da NBC T 15, inicialmente buscou-se a carteira das empresas listadas na [B]³ em 2018. Posteriormente para a seleção da amostra foi considerado os seguintes itens: a) classificação setorial de Utilidade Pública/Energia Elétrica; b) impacto socioambiental causado por suas atividades operacionais; c) ter sede na região Sul do Brasil; e, d) aderir a diferentes níveis de governança corporativa.

A análise dos dados foi realizada por meio dos Balanços Sociais das empresas selecionadas e de um *checklist* elaborado com base na NBC T 15.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção apresentam-se os resultados encontrados na pesquisa.

4.1 LÓCUS DA PESQUISA

A partir da análise da carteira do ISE 2018 observou-se que há nove empresas do segmento de energia elétrica, as quais são:

Quadro 6 – Empresas do segmento de energia elétrica integrantes do ISE 2018

Denominação da Empresa	Sigla	Sede	Nível de Governança
AES Tiete	AES TIETE	SP	Nível 2
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A	CELESC	SC	Nível 2
Companhia Energética de Minas Gerais S.A	CEMIG	MG	Nível 1
Light Serviços de Eletricidade S.A	LIGHT	RJ	Novo Mercado
Companhia Paranaense de Energia	COPEL	PR	Nível 1
Companhia Paulista de Força e Luz	CPFL ENERGIA	SP	Novo Mercado
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A	ELETROPAULO	SP	Novo Mercado
ENGIE Brasil	ENGIE BRASIL	SC	Novo Mercado
Energias Brasil	ENERGIAS BR	SP	Novo Mercado

Fonte: Dados da pesquisa (2018).



Conforme Quadro 6, as empresas AES TIETE, CPFL Energia, Eletropaulo e Energias BR, não atenderam os requisitos em razão de suas sedes estarem localizadas na cidade de São Paulo, assim como a Cemig possui sede em Minas Gerais e a Companhia Light tem sua sede no Rio de Janeiro. A Cemig adere ao nível 1 de governança corporativa, a AES Tiete ao nível 2 e as demais são membros do Novo Mercado.

Deste modo a amostra foi composta por 3 empresas sediadas no sul do país: COPEL (nível 1 de governança corporativa), CELESC (nível 2), e ENGIE BRASIL (Novo Mercado).

A) Companhia Paranaense de Energia (COPEL):

A COPEL foi criada em 26 de outubro de 1954 e sua sede está localizada em Curitiba, a mesma busca conciliar as dimensões e princípios da sustentabilidade com uma atuação socioambiental responsável. Na dimensão ambiental, desenvolve projetos e programas voltados para a preservação dos recursos naturais e na área social contribui para uma sociedade mais justa, além de promover programas com temas como cidadania e sustentabilidade na cadeia de valor e geração de renda. Além de fazer parte do pacto Global desde 2000, buscando atuar com foco na sustentabilidade (COPEL, 2018).

B) Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A (CELESC):

A CELESC sediada em Florianópolis, desde 1955, atua na geração, transmissão e distribuição de energia, sendo considerada uma das maiores empresas do setor elétrico do país. Foi a primeira empresa do setor elétrico a conquistar a certificação de responsabilidade socioambiental no Brasil, no ano de 2015. Possui um programa de Responsabilidade Socioambiental composto por sistema de gestão norteado na tríplice dimensão: econômica, social e ambiental. Em 2017 conquistou o Prêmio Eco 2017, o mais tradicional selo de sustentabilidade empresarial do País com o projeto Bônus Eficiente Linha Fotovoltaica (CELESC, 2018).

C) Engie Brasil:

A Engie Brasil, sediada em Florianópolis, desde 1998, é a maior geradora privada de energia elétrica do país. A empresa desde 2000 é signatária do Pacto Global. Foi vencedora, em 2015, do Prêmio Brasil Ambiental, promovido pela AMCHAM Rio, na categoria Responsabilidade Socioambiental. Pela 6ª vez, foi reconhecida pela qualidade de suas demonstrações contábeis pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (ANEFAC) e pela clareza nas suas demonstrações financeiras.

Essas empresas possuem papel de gestão sustentável e são regidas pela Lei nº 10.303/01 que dispõe sobre a sociedade por ações e determina a obrigatoriedade anual de divulgação das demonstrações contábeis.

Os Balanços Sociais das três companhias selecionadas foram analisados tomando como base um *checklist* desenvolvido com o intuito de verificar os a



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

divulgação de informações nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, de acordo com a NBC T 15, conforme apresenta o Quadro 5.

Quadro 7 – Checklist aplicado nas companhias

Item	Dimensões da Sustentabilidade	(Nome da Companhia) A Companhia	Respostas		
			Sim	Não	Parcial
1	-	... elabora e divulga alguma demonstração que contenha informações de caráter social e ambiental?			
2	SOCIAL	... elabora e divulga o Balanço Social?			
3	SOCIAL	... apresenta em seu Balanço Social todas as informações de identificação da Instituição? (nome, missão, filosofia, principais projetos...)			
4	ECONÔMICA	... apresenta informações sobre indicadores monetários, evidenciando as aplicações de recursos efetuadas pela entidade com a receita bruta do período?			
5	SOCIAL	...evidencia os dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional da entidade?			
6	SOCIAL	...evidencia dados relativos à interação da entidade com o ambiente externo, relacionamento com a comunidade, clientes, fornecedores e incentivos decorrentes dessa interação?			
7	ECONÔMICA	... evidencia gastos com previdência privada?			
8	ECONÔMICA	... evidencia gastos com cultura?			
9	ECONÔMICA	... evidencia investimentos em educação?			
10	AMBIENTAL	... apresenta informações acerca do meio ambiente, tais como as ações desenvolvidas de preservação ambiental, e ainda as multas ambientais, ações judiciais sofridas no período e as metas de prevenção para o próximo exercício?			
11	SOCIAL	... apresenta informações relativas à ética, transparência e responsabilidade social?			
12	AMBIENTAL	... apresenta informações sobre o desenvolvimento de projetos futuros de impacto ambiental?			
13	SOCIAL	... evidencia o número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor?			
14	-	... apresenta um espaço com outras informações julgadas importantes e relevantes e que não tenham sido contempladas anteriormente?			
15	-	... apresenta, ao final do seu Balanço Social, a assinatura do responsável pela entidade e do contador devidamente registrado em Conselho Regional de Contabilidade?			
TOTAL POR RESPOSTAS					
% TOTAL DE RESPOSTAS "SIM"					

Fonte: adaptado da NBC T 15

O Quadro 7 demonstra 15 indicadores que serviram de base para a pesquisa documental. Observa-se que os indicadores foram divididos por três



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

dimensões da sustentabilidade: econômica (itens 4, 7, 8 e 9), social (itens 2, 3, 5, 6, 11 e 13) e ambiental (itens 10 e 12), as demais questões não se enquadram em nenhuma dimensão específica.

Com intuito de verificar a divulgação dos aspectos econômicos, sociais e ambientais foi observado cada item do *checklist* no Balanço Social das empresas objeto de estudo.

Inicialmente observou-se que cada empresa, embora tenha suas particularidades ao elaborar seu Balanço Social, apresenta também semelhanças, a começar pelo modelo de relatório adotado. Todas utilizam as diretrizes do GRI para apresentar suas ações de responsabilidade social corporativa.

O Quadro 6 apresenta o resultado da análise dos Balanços Sociais conforme *checklist* pautado na NBCT 15.

Quadro 8 – *Checklist* das empresas de energia elétrica do sul do país.

Item	(NOME DA COMPANHIA) A Companhia....	RESPOSTAS		
		SIM	NÃO	PARCIAL
1	... elabora e divulga alguma demonstração que contenha informações de caráter social e ambiental?	3	0	0
2	... elabora e divulga o Balanço Social?	3	0	0
3	... apresenta em seu Balanço Social todas as informações de identificação da Instituição? (nome, missão, filosofia, principais projetos...)	3	0	0
4	... apresenta informações sobre indicadores monetários, evidenciando as aplicações de recursos efetuadas pela entidade com a receita bruta do período?	1	0	2
5	...evidencia os dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional da entidade?	3	0	0
6	...evidencia dados relativos à interação da entidade com o ambiente externo, relacionamento com a comunidade, clientes, fornecedores e incentivos decorrentes dessa interação?	2	0	1
7	... evidencia gastos com previdência privada?	1	0	2
8	... evidencia gastos com cultura?	3	0	0
9	... evidencia investimentos em educação?	3	0	0
10	... apresenta informações acerca do meio ambiente, tais como as ações desenvolvidas de preservação ambiental, e ainda as multas ambientais, ações judiciais sofridas no período e as metas de prevenção para o próximo exercício?	0	0	3
11	... apresenta informações relativas à ética, transparência e responsabilidade social?	2	0	1
12	... apresenta informações sobre o desenvolvimento de projetos futuros de impacto ambiental?	0	1	2
13	... evidencia o número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor?	2	0	1
14	... apresenta um espaço com outras informações julgadas importantes e relevantes e que não tenham sido contempladas anteriormente?	3	0	0
15	... apresenta, ao final do seu Balanço Social, a assinatura do responsável pela entidade e do contador devidamente registrado em Conselho Regional de Contabilidade?	1	2	0
TOTAL POR RESPOSTAS		30	3	12
% TOTAL DE RESPOSTAS "SIM"		66,67%		

Fonte: Elaborado pela autora.



Observa-se por meio do Quadro 8, que grande parte das informações de sustentabilidade são informadas pelas empresas objetos de estudo (66,67%). Percebe-se que os principais indicadores não relatados e/ou informados de modo incompletos dizem respeito: a) informações sobre indicadores monetários, evidenciando as aplicações de recursos efetuadas pela entidade com a receita bruta do período; b) evidenciação dos dados relativos à interação da entidade com o ambiente externo, relacionamento com a comunidade, clientes, fornecedores e incentivos decorrentes dessa interação; c) evidenciação dos gastos com previdência privada; d) informações acerca do meio ambiente, tais como as ações desenvolvidas de preservação ambiental, e ainda as multas ambientais, ações judiciais sofridas no período e as metas de prevenção para o próximo exercício; e) informações relativas à ética, transparência e responsabilidade social; f) informações sobre o desenvolvimento de projetos futuros de impacto ambiental, o número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Em relação às informações sobre o desenvolvimento de projetos futuros com possível impacto ambiental, a COPEL não apresentou qualquer informação nesse sentido, ao passo que a CELESC e a ENGIE BRASIL apresentaram esse informação de modo parcial.

O Balanço Social da CELESC foi o único que continha a assinatura do responsável pela entidade e, também do contador. Os relatórios de sustentabilidade das demais empresas apresentavam uma lista nominal da equipe envolvida na elaboração e divulgação do relatório.

O Quadro 7 apresenta o percentual de indicadores divulgado no Balanço Social das empresas de energia elétrica com sede na região sul do Brasil, conforme a NBCT 15.

Quadro 9 – Percentual de indicadores divulgados no Balanço Social das empresas do setor de energia elétrica do sul do país

COMPANHIAS	% DE RESPOSTAS "SIM"
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC	73,33%
Companhia Paranaense de Energia – COPEL	66,67%
Engie Brasil	60,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as companhias analisadas, a CELESC é a empresa que contemplou maior número de indicadores propostos no *checklist* com base na NBC T 15 (73,33%), seguida da COPEL (66,67%) e da Engie Brasil (60%).

Considerando a proposta de Godoy (2007) em relação à análise das informações econômicas, sociais e ambientais, foi realizado um comparativo das empresas de energia elétrica conforme apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 – Apuração por dimensões das companhias.

DIMENSÕES	Econômica	Social	Ambiental
CELESC	100,00%	83,33%	50,00%
COPEL	75,00%	100,00%	25,00%
ENGIE BRASIL	75,00%	91,67%	50,00%

Fonte: Elaborado pela autora.



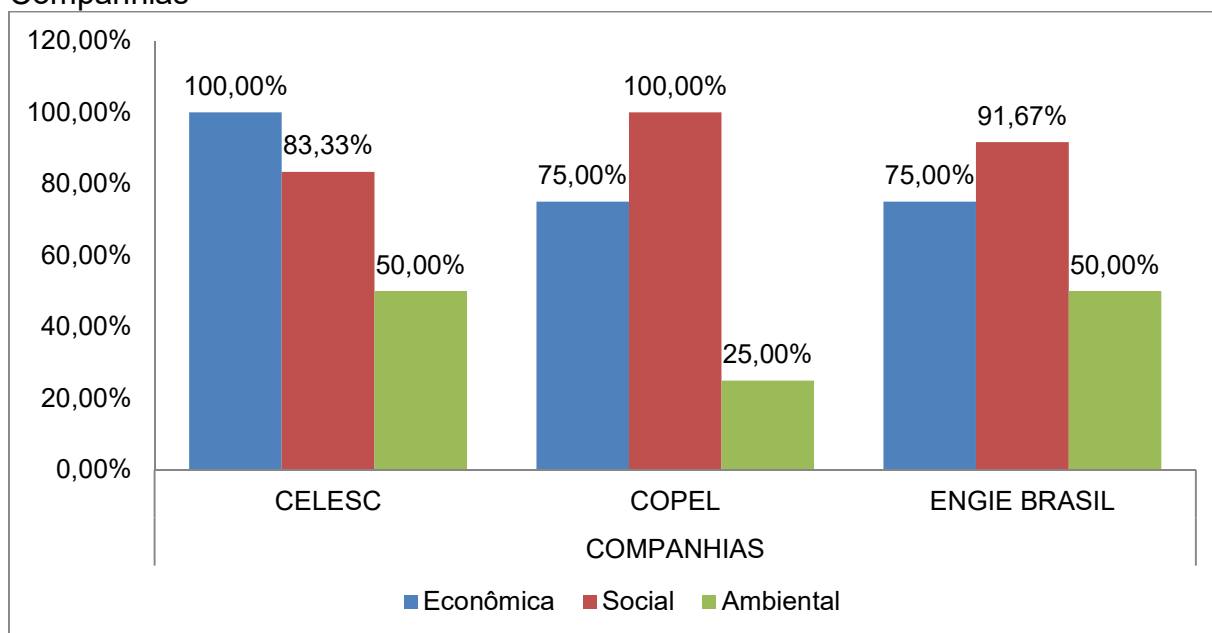
De acordo com o Quadro 10 pode-se perceber que a CELESC apresentou todas as informações com relação à dimensão econômica (100%), a dimensão social (83,33%) no item 6 do *checklist* apresentou informações parciais resultando no percentual de 83,33% e nas informações de dimensão ambiental (50%) a CELESC apresentou parcialmente as informações dos itens 10 e 12 do *checklist*.

A COPEL, na dimensão econômica, publicou informações parciais nos itens 4 e 7 (75%), na dimensão ambiental com informações parciais no item 10 e nenhuma no item 12 (25%) e apresentou todas as informações concernentes a dimensão social (100%).

A Engie Brasil apresentou os itens 2, 3, 5, 6 e 11 e não apresentou o item 13 (91,67%) no que refere-se à dimensão social, e na econômica divulgou parcialmente os itens 4 e 7 (75%) e a Engie divulgou (50%) na dimensão ambiental onde apresentou parcialmente os indicadores 10 e 12 listados no *checklist*.

Desta forma pode-se perceber que as dimensões econômicas e sociais possuem maiores informações, porém no aspecto ambiental as companhias apresentaram índices baixos. Esses dados estão sintetizados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Análise dos indicadores presentes nos Balanços Sociais das Companhias



Fonte: Elaborado pela autora.

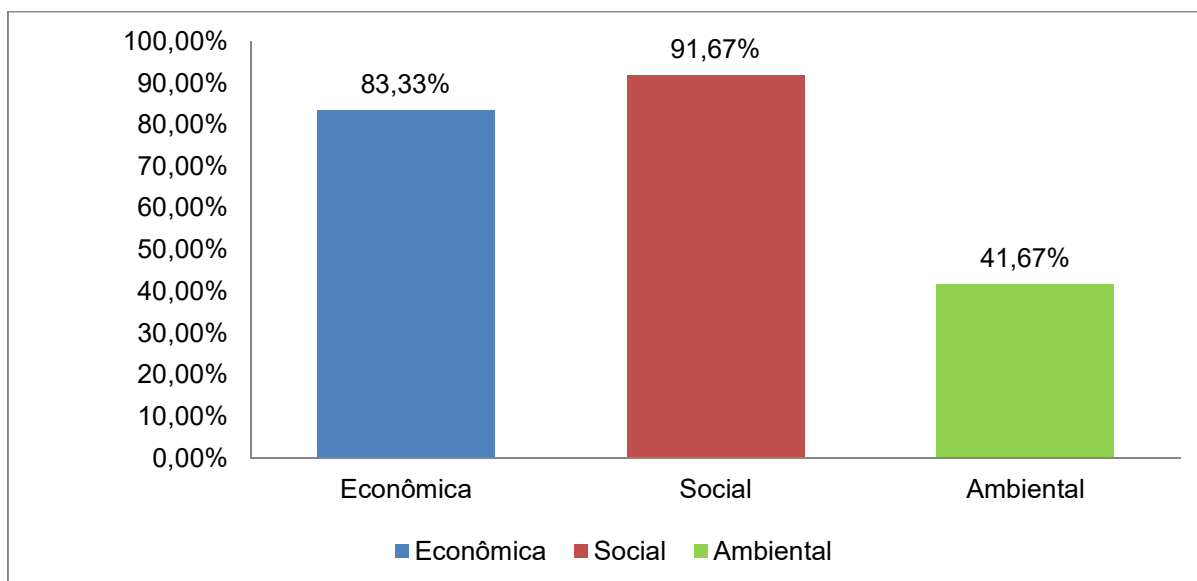
A CELESC divulga todas as informações de natureza econômica e a COPEL as de natureza social. Nota-se que informações da dimensão social são as que mais aparecem nos Relatórios de Sustentabilidade das três empresas.

Analisando-se as mesmas informações referentes às três dimensões de modo agrupado, tem-se o cenário das empresas do segmento de energia elétrica da região sul do país. Nota-se, que de forma geral, os indicadores sociais obtiveram o maior índice nos Balanços Sociais das companhias em análise (91,67%), seguido da dimensão econômica com (83,33%) e da dimensão ambiental (41,67%), conforme apresenta o Gráfico 2.



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Gráfico 2 – Análise geral das informações de natureza econômico, social e ambiental das empresas do segmento de energia elétrica do sul do país



Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio da análise do Gráfico 2 pode-se observar que há maior facilidade na apuração e evidenciação de dados sociais (91,67%) e econômicos (83,33%), enquanto as informações ambientais ainda requerem maior atenção dentre as empresas objetos de estudos no momento da divulgação em seus Balanços Sociais, para cumprir a determinação da NBC T 15.

Desta forma, caso os Balanços Sociais não contemplem os indicadores do modelo proposto não significa que os relatórios não atendam a sua principal finalidade que é demonstrar as ações de responsabilidade social corporativa praticada pelas empresas, mas seria importante a revisão dos relatórios para contemplar as informações exigidas pela NBCT 15 e, desta forma buscar maior transparência de suas ações perante a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões ambientais tornaram-se prioridade para a sociedade. Por consequência, o conceito de sustentabilidade no âmbito organizacional foi ampliado para preservação ambiental e a distribuição de riquezas de forma íntegra, garantindo a economia eficiente.

A Contabilidade Ambiental contribui na prestação de contas e na divulgação e evidenciação da responsabilidade corporativa com informações de cunho econômico, social e ambiental das organizações, por meio de demonstrações contábeis como o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado. Nesse sentido, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 15 na qual estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental.

Como forma de manutenção e ampliação no mercado, aumento do faturamento e da lucratividade e captação de novos investidores, as grandes empresas negociam suas ações na bolsa de valores. Como forma de analisar e comparar o desempenho dessas empresas sob o aspecto da sustentabilidade



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

corporativa e verificar a compatibilidade com as demandas sociais foi criado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pela Brasil, Bolsa, Balcão [B]³.

Esse artigo objetivou analisar o Balanço Social das empresas do segmento de energia elétrica, integrantes do ISE 2018, a luz da NBC T 15. Para tanto, inicialmente buscou-se a carteira das empresas listadas na [B]³ em 2018 observando os seguintes itens: a) classificação setorial de Utilidade Pública/Energia Elétrica; b) impacto socioambiental causado por suas atividades operacionais; c) ter sede na região Sul do Brasil; e, d) aderir a diferentes níveis de governança corporativa. As empresas selecionadas para o estudo foram: COPEL (nível 1 de governança corporativa), CELESC (nível 2), e ENGIE BRASIL (Novo Mercado).

A análise dos dados foi realizada por meio do Balanço Social das empresas selecionadas com base em um *checklist* elaborado conforme as orientações da NBC T 15.

Dentre os modelos de Balanço Social utilizados no Brasil: IBASE, Ethos e Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), as empresas do segmento de energia elétrica, com sede no sul do país optam por elaborar os relatórios de sustentabilidade seguindo as diretrizes da GRI.

Verificou-se, por meio do *checklist*, que de forma geral, as dimensões sociais, obtiveram o maior índice nos Balanços Sociais das companhias em estudo (91,67%) seguido da dimensão econômica com (83,33%) e por fim a dimensão ambiental (41,67%).

Em uma análise comparativa dentre as empresas objeto de estudo percebeu-se que a CELESC apresentou o maior número de indicadores presentes no *checklist* (73,33%), a COPEL apresentou (66,67%) das informações propostas e a Engie Brasil (60%) apresentou o menor percentual de abrangência das informações.

Conclui-se que, mesmo não sendo obrigatória a publicação do Balanço Social no Brasil, as empresas analisadas apresentaram certa aderência aos critérios estabelecidos pela NBCT 15. Percebeu-se que em todas as empresas analisadas existem aspectos que deixaram de ser contemplados em seus Balanços Sociais. O presente artigo propõe a revisão dos relatórios para contemplar maior número de informações, com qualidade, oferecendo transparência de suas ações perante a sociedade, especialmente por se tratarem de empresas listadas na [B]³ e integrantes da carteira do ISE.

Cabe salientar que o estudo foi realizado em um segmento específico e com base em 3 empresas, portanto não está sujeito a generalizações. Sugere-se a ampliação do estudo para outras empresas e segmentos listados no ISE, a fim de descobrir convergências e divergências, dessa forma contribuindo para a evolução e regulamentação das evidenciações relevantes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, H. W. C.; FERREIRA, C. T. G.; NUNES, E. M.; SILVA, A. P. F. Aderência do modelo ibase de balanço social: a norma brasileira de contabilidade voltada para as informações de natureza socioambiental. **Revista Ciências Administrativas**, v. 18, n. 2, p. 612-634, 2012.



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ASSIS, Perla Roberta Pignatta de; BRAZ, Eliane Marta Quiñones; SANTOS, Carlos Lopes dos. Contabilidade Ambiental. **Revista Cecilianajun**, v. 3, n. 1, p. 13-16, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **10520**: Informação e documentação: Citações em documentos apresentação. Rio de Janeiro: 2002. 7 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **6023**: Informação e documentação: Referências elaboração. Rio de Janeiro: 2002. 24 p.

BATISTA PADILHA, Bruna; DALL'ASTA, Denis. A evidenciação contábil ambiental em empresas de tratamento de resíduos sólidos orgânicos. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1, 2014.

BM&FBOVESPA. ISE 2018. 2018. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/noticias/2018.htm>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BM&FBOVESPA. Governança Corporativa. 2018. Disponível em <<http://ri.bmfbovespa.com.br/static/ptb/visao-geral.asp?idioma=ptb>>. Acesso em: 22 set. 2018.

BM&FBOVESPA. Sustentabilidade. 2016. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sustentabilidade/na-bolsa/apresentacao/>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BRASIL. Lei Nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: 02 nov. 2018.

CARLOS, Maria Graça Oliveira; BEZERRA, Rosa Maria Munguba; COIMBRA, Danielle Batista. SGA e modelo de gestão: um estudo da ISO 14000 à luz do GECON. **Revista Ciências Administrativas ou Journal of Administrative Sciences**, v. 10, n. 1, 2004.

CARNEIRO, José Eliano; MARTINS MENDES DE LUCA, Márcia; COLARES OLIVEIRA, Marcelle. Análise das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras das empresas petroquímicas brasileiras listadas na Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 3, 2008.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental: teoria e prática**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba, PR: Juruá, 2008.

CELESC. Perfil. 2018. Disponível em <<http://www.CELESC.com.br/portal/index.php/CELESC-holding/perfil-holding>>. Acesso em 18 ago. 2018.



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 18, n. 43, 2007.

COPEL. História da COPEL. 2017. Disponível em <<http://www.COPEL.com/hpCOPEL/root/nivel2.jsp?endereco=%2FhpCOPEL%2FaCOPEL%2FpagCOPEL2.nsf%2Fdocs%2F6505401715872FAA032573FA0069734F>>. Acesso em 18 ago. 2018.

CUNHA, P. R.; MASOTTI, F. G.; SANTOS, V. D.; BEUREN, I. M. Balanço social no terceiro setor: análise do nível de adesão ao modelo IBASE de uma organização hospitalar. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 29, n. 3, p. 76-93, 2010.

DA ROSA, Fabrícia Silva et al. Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. **Engenharia Sanitária Ambiental**, v. 16, n. 1, p. 157-166, 2011.

DA SILVA FREITAS, Débora Pool; OLEIRO, Walter Nunes. Contabilidade ambiental: A evidenciação nas demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **REVISTA REUNIR**, v. 1, n. 2, p. 65-81, 2015.

DA SILVA, Gabriela Dias et al. Responsabilidade social empresarial: análise das informações ambientais de empresas brasileiras com adrs. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2015.

DE CARVALHO, Antonio Oliveira; MORAES, Helivanice Oliveira Dias. O desafio da mensuração e evidenciação da contabilidade ambiental. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC**, v. 2, n. 1, p. 35-52, 2015.

DE MORAES, Clauciana Schmidt Bueno et al. A Norma ISO 14005 como instrumento de implementação de sistemas de gestão ambiental em pequenas e médias empresas. **Revista Espacios**, v. 38, n. 16, 2017.

FERREIRA, Araceli Cristina de Souza (Org); SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan (.). **Contabilidade ambiental e relatórios sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GARCIA, Fabiane Tubino; BEHR, Ariel. Análise da Interação da Contabilidade Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável nos Engenhos de Beneficiamento de Arroz de Santa Maria/RS. **REVISTA REUNIR**, v. 2, n. 2, p. 21-38, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GODOY, M. et al. Balanço Social: Convergências e divergências entre os modelos do IBASE, GRI e Instituto ETHOS. In: **I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças**. 2007. p. 25-29.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Editora Record, 1997.



GRI. Sustainabilityreporting. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 04 de Set. de 2018.

IGBC. Governança Corporativa. 2018. Disponível em <<https://www.ibgc.org.br/governanca/governanca-corporativa>>. Acesso em 22 de Set. 2018.

INSTITUTO ETHOS. Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/conteudo/indicadores/#.W5GTR-hKjIU>>. Acesso em: 06 de Set. de 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades)**. 7.ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

LANA, C. A. M.; BERNARDO, D. C. D. R.; NAZARETH, L. G. C.; MENDONÇA, F. M. Um estudo das ações para divulgar e consolidar o balanço social no Brasil. **Revista Gestão Organizacional**, v. 4, n. 2, art. 8, p. 311-329, 2011.

LEITE, Francisco Tarciso. Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações. **Aparecida, SP: Ideias & Letras**, 2008.

MAGALHÃES, J. M.; MAUSS, C. V. Responsabilidade social: um estudo comparativo do balanço social da empresa Eletrocar. **Gestão e Sociedade**, v. 3, n. 6, p. 288-314, 2009.

MARCONDES, Adalberto Wodianer; BACARJI, Celso Dobes. **ISE–Sustentabilidade no mercado de capitais**. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, Adriane Bernardo de Oliveira et al. **Contabilidade ambiental: evidenciação das questões ambientais em relatórios contábeis pelas empresas florestais de capital aberto**. 72 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Floresta) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

MORETTI, Sérgio Luiz do Amaral; CAMPANARIO, Milton de Abreu. A produção intelectual brasileira em Responsabilidade Social Empresarial – RSE sob a ótica da bibliometria. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 13, p.68-86, jun. 2009.

NAIME, Roberto; BAUER, Maristela. Estado da arte da evidenciação social e ambiental voluntária. **REVISTA REUNIR**, v. 2, n. 2, p. 39-60, 2012.



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NORMAS BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **NBC T 15 INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL**. Brasília: 2004. Disponível em: <www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em 03 Mar. 2018.

NORMAS BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL**. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>>. Acesso em: 21 de abr. 2018.

OLEIRO, Walter Nunes; SCHMIDT, Elisabeth Brandão. Contabilidade Ambiental – Uma Análise Ambiental da Aplicação Prática como potencializadora de Informações Socioambientais nas demonstrações Contábeis. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 1, p. 275, 2016.

ORO, Ieda Margarete; VICENTI, Terezinha; SCARPIN, Jorge Eduardo. Balanço Social no terceiro setor: análise do modelo IBASE com relação à transparência e prestação de contas à sociedade. **ConTexto**, v. 14, n. 26, 2014.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003.

PEREIRA, Rennan Marreiro et al. Disclosure Socioambiental Das Empresas Brasileiras de capital aberto listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Revista de Administração e Contabilidade-RAC (CNEC)**, v. 16, n. 32, 2018.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 134, p. 50-59, 2002.

PINTO, Anacleto Laurino; DE SOUZA RIBEIRO, Maisa. O Balanço Social como instrumento de evidenciação de responsabilidade social: Um estudo no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 154, p. 36-49, 2005.

PLETSCH, Caroline Sulzbach et al. Perfil da Evidenciação Ambiental das Empresas Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, n. 3, p. 57-77, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

PRUDÊNCIO TINOCO, João Eduardo; ROBLES, Léo Tadeu. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 6, 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SANTOS, Adalto de Oliveira et al. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 12, n. 27, p. 89-99, 2001.

SANTOS, Shirley Karola Batista et al. CONTABILIDADE AMBIENTAL: uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica da Fanese. Sergipe**, v. 3, n. 1, 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SOUZA, Marcos Antonio; PIMMEL, Rochele Medeiros. ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL: ESTUDO DO BALANÇO SOCIAL DE EMPRESAS BRASILEIRAS/ANALYSIS OF ECONOMIC AND SOCIAL PERFORMANCE: STUDY OF SOCIAL BALANCE OF BRAZILIAN COMPANIES. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 52, 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. Editora Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2011.

TORRES, Ciro; MANSUR, Cláudia. Balanço Social, dez anos: o desafio da transparência. **Rio de Janeiro: IBASE**, 2008.

VALLE, Cyro Eyerdo. **Qualidade ambiental: ISO 14000**. 4.ed. rev. e ampl São Paulo: SENAC, 2002. 193 p.